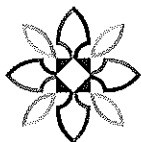


Vila do Conde
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2015

MUNICÍPIO DE
VILA DO CONDE





[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'Luis Alves' and 'PA']

ÍNDICE

1 - Mensagem da Presidente	Pág 4
2 - Relatório de Gestão	Pág 7
2.1 - Projetos e Ações Realizadas	Pág 8
2.2 - Principais Indicadores da Execução Orçamental	Pág 10
2.3 - Principais Conclusões da Contabilidade Orçamental	Pág 12
3 - A Contabilidade Patrimonial	Pág 15
3.1 - Principais Indicadores e sua Evolução	Pág 16
4 - Endividamento Financeiro de curto, médio e longo prazo	Pág 20
5 - Endividamento Bruto Municipal	Pág 21
6 - Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados	Pág 24
7 - Certificação Legal de Contas	Pág 27
8 - Resumo do Inventário Patrimonial	Pág 32
9 - Contas	Pág 38
9.1 - Balanço	Pág 39
9.2 - Demonstração de Resultados	Pág 45
9.3 - Anexo às Demonstrações Financeiras	Pág 49
10 - Execução Orçamental.....	Pág 63
11 - Mapas de Endividamento Financeiro	Pág 95
12 - Endividamento / Dívida Bruta	Pág 99
13 - Participações Sociais	Pág 102
14 - Anexos	Pág 106
15 - Termo de Encerramento	Pág 131

[Handwritten signature and initials at the bottom left corner]

[Handwritten mark or signature at the bottom right corner]



[Handwritten signatures and initials on the right margin]

1. Mensagem da Presidente

O Município de Vila do Conde, pela sua dinâmica e desenvolvimento, mostra-se no seu todo, um Concelho virado para o futuro, aliando fatores de crescimento económico a um elevado nível de qualidade de vida e de segurança das suas populações, às suas tradições e à sua milenar história.

Trabalhamos, diariamente, para fazer de Vila do Conde um Concelho moderno e próspero, orgulhoso da sua história, sempre próximo dos seus habitantes, solidário com as suas aspirações, de elevado nível de atratividade, capaz de captar investimento nacional e estrangeiro, e cada vez mais aprazível para residentes e turistas.

Para a prossecução destes objetivos é fundamental o rigor e o equilíbrio orçamental, permitindo o investimento em áreas essenciais de desenvolvimento. Neste Relatório de Gestão e Contas, relativo ao ano de 2015, pretendemos refletir de forma clara e fiel a situação financeira, a execução orçamental e o património do Município. Este documento manifesta uma exigente gestão municipal, destacando-se o excecional Grau de Execução Orçamental quer na sua despesa, que foi de 92,2%, quer na sua receita, onde o grau de execução orçamental atingiu um valor extraordinário de 100%. Em números concretos podemos afirmar que a receita atingiu os 53,845M€ e a despesa os 46,988M€, o que se traduz num saldo a transitar para o ano de 2016 de 7.347.900,04€.

A condução técnica e monitorizada do orçamento municipal traduz-se no atempado pagamento a fornecedores e prestadores de serviços, de subsídios às Juntas de Freguesia e a todas as Instituições/Associações dos diversos quadrantes de atividade que, no nosso Concelho, colaboram com a Comunidade. Temos pautado a nossa ação pela procura de soluções equilibradas para todo o Município, pelo que em 2015 foram desenvolvidas cerca de quatro centenas de empreitadas na Cidade e nas Freguesias, perfazendo um investimento total de 3,840M€. Estas obras, consideradas de proximidade, revelam-se de capital importância pelo que representam no dia-a-dia dos Vilacondenses. Verifica-se,

[Handwritten signature and initials at the bottom left]

[Handwritten mark or signature at the bottom right]



ainda, como fundamental a atenção dada à rede viária, nas necessárias intervenções de manutenção e conservação.

Mantemos uma atenção redobrada à Educação, nomeadamente aos equipamentos escolares, executando as mais diversas intervenções de modo a proporcionar as melhores condições de trabalho à nossa Comunidade Escolar. A participação ativa em todos os Conselhos Gerais - espaços de debate e conhecimento das problemáticas vividas por esta Comunidade, permite auscultar e acompanhar o desenvolvimento diário de todas as atividades e projetos. Paralelamente, é inequívoco o empenho do Município na área da Ação Social, trabalhando no sentido de combater a pobreza e as desigualdades sociais, apoiando os grupos sinalizados e considerados socialmente mais frágeis. É pois, da máxima importância o investimento financeiro que tem vindo a ser feito nas intervenções no Parque Habitacional, de modo a requalificar estes núcleos habitacionais, evitando situações de degradação e promovendo a coesão social. Deve ainda sublinhar-se o Plano de Emergência Social Municipal, que permite o apoio direto a centenas de famílias.

A Cultura, o Desporto e o Turismo constituem também importantes áreas de investimento por parte do Município, refletido no elevado número de Associações do Concelho, cuja atividade é valorizada e apoiada. Por outro lado, a Autarquia tem procurado incrementar novas dinâmicas também nestas áreas, podendo dar-se como exemplo o Projeto "Vila do Conde – um porto para o Mundo", que na sua primeira edição se revelou da máxima importância, permitindo o envolvimento e participação ativa de toda a comunidade e levando o nome de Vila do Conde a todo o país e além-fronteiras, através da projeção que o mesmo mereceu pelos órgãos de comunicação social. Refira-se também a realização da Grandes Feiras, salientando a Feira Nacional de Artesanato, cuja tradição e dimensão dignifica Vila do Conde, assim como as Grandiosas Festas de S. João que atraem cada vez mais visitantes, bem como um elevado número de atividades de enorme relevo que projetam o nome do nosso Concelho.

Continuamos também muito atentos às questões ambientais e do ordenamento do Território, essenciais ao seu crescimento e desenvolvimento sustentável. Exemplos disso

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom left]



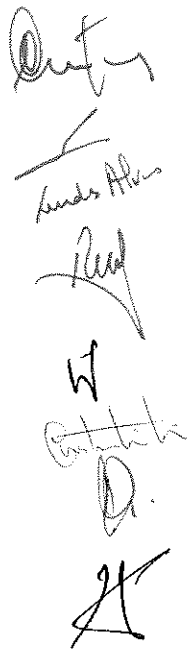


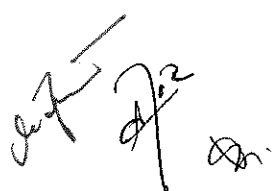
são os projetos de valorização do litoral, a atenção devotada à Área de Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo e a qualidade das nossas praias. Encontra-se, também, em curso a Revisão do Plano Diretor Municipal, documento imprescindível para uma atual gestão e organização do nosso território.

Acreditamos que Vila do Conde tem, deste modo, a sua linha de ação bem definida. Trabalharemos para vincar o reconhecimento deste Município, como um território de referência, contando para isso com o contributo de todos, numa atuação cada vez mais de maior proximidade, na qual todos devem sentir-se envolvidos.

A Presidente da Câmara,


Dr.ª Maria Elisa Carvalho Ferraz









[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Duarte', 'Luís Almeida', 'Rui', 'L.P.', 'D.', and 'R.K.']

2. Relatório de Gestão

O Relatório de Prestação de Contas inerentes à atividade Municipal relativa ao exercício de 2015 é elaborado de acordo com o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – conjugando o Sistema de Contabilidade Orçamental com os Sistemas de Contabilidade Patrimonial e de custos / analítica, em conformidade com o regime financeiro das Autarquias Locais e as normas vigentes sobre Contratação Pública, que resulta da atividade dos Órgãos e Serviços Municipais, da execução das Grandes Opções do Plano, incluindo o PPI – Plano Plurianual de Investimentos – e da execução orçamental, após a adesão do Município ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – e a um Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro, visando a prossecução do interesse público Municipal.

O presente ponto do Relatório de Gestão e Constas relativo ao ano de 2015 visa apresentar os/as:

- Principais Projetos e Ações realizadas
- Principais Indicadores de Execução Orçamental
- Principais Conclusões da Análise da Contabilidade Orçamental

[Handwritten signatures and initials at the bottom left corner, including 'L.P.', 'D.', and 'R.K.']

[Handwritten mark or signature at the bottom right corner]



2.1 Principais Projetos e Ações realizadas

- I - A manutenção e conservação de edifícios e intervenções municipais;
- II - A aquisição de equipamentos para os diversos serviços municipais;
- III - A aquisição de equipamentos para os edifícios escolares;
- IV - A conservação e manutenção de vários edifícios escolares;
- V - A aquisição de imóveis;
- VI - As diversas obras de manutenção em bairros de habitação social;
- VII - A beneficiação e conservação do parque de habitação municipal;
- VIII - Os alargamentos, pavimentações e pequenas obras e outros arranjos urbanísticos, no concelho;
- IX - Os Investimentos no reforço e alargamento da iluminação pública;
- X - As obras de manutenção e requalificação de diversas zonas de urbanização;
- XI - As intervenções em parques de estacionamento municipais;

- XII - A aquisição de equipamentos ambientais, incluindo contentores, vidrões e outros;
- XIII - A valorização do litoral sul do concelho – rede de passadiços, redes pedonais e cicláveis;
- XIV - A conclusão da Remodelação do Mosteiro de Santa Clara;
- XV - As reparações em instalações desportivas e recreativas descobertas;
- XVI - O levantamento e reposição de pavimentos degradados no concelho;
- XVII - A construção de passeios e beneficiação de pavimentos
- XVIII - As obras de manutenção e beneficiação dos mercados;
- XIX - As transferências para a Lipor;

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Luís Alves' and 'Dr. A']

[Handwritten signatures and initials at the bottom left corner, including 'Dr. A']

[Handwritten mark or signature at the bottom right corner]



XX - Os apoios concedidos às Freguesias, correntes e de capital, para o exercício de atribuições e competências próprias e delegadas;

XXI - Os apoios a entidades e associações em atividades, visando a prossecução de interesse público Municipal;

XXII - A prossecução de atividades municipais relevantes, contabilizadas como despesas correntes do exercício:

- a) Transportes escolares, com locação de viaturas e com viaturas Municipais;
- b) O fornecimento de refeições escolares;

Quadros Resumo de Investimentos:

<u>Investimento</u>	<u>n.º de Empreitadas</u>	<u>Valor de Investimento</u>
Habitacões 1)	43	454.656,97€
Edifícios 2)	59	1.233.108,90€
Construções Diversas 3)	77	1.291.220,21€
Equipamentos 4)	95	253.454,33€
Equipamento Básico 5)	123	608.411,34€
TOTAL	397	3.840.851,75€

1) Construção, Aquisição, Reparação e Beneficiação 2) Instalação de Serviços, Instalações Desportivas, Mercados e Escolas 3) Viadutos e Arruamentos, Sistemas de Drenagem, Viação Rural, Sinalização e Trânsito 4) Equipamento de Informática, Software e Equipamento Administrativo 5) Recolha de Resíduos, Ferramentas e Utensílios e Outros.

<u>Valor do Investimento</u>	<u>n.º de Empreitadas</u>	<u>Valor de Investimento</u>
superior a 100.000€	5	832.892,50€
entre 50.000€ e 100.000€	17	1.057.207,92€
entre 25.000€ e 50.000€	20	733.405,01€
entre 5.000€ e 25.000€	74	783.090,72€
inferior a 5.000€	281	434.255,60€
TOTAL	397	3.840.851,75€

[Handwritten signatures and initials on the right side of the page]

[Handwritten signatures and initials at the bottom left]

[Handwritten mark at the bottom right]



2.2 Principais Indicadores da Execução Orçamental

O Município de Vila do Conde aderiu ao Programa I do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – e recorreu ao Saneamento Financeiro Municipal, tendo elaborado um Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro (PASF), o qual previa em termos de grandes agregados de receita e despesa:

Receita Corrente	43.145.000,00€
Receita de Capital	3.857.000,00€
Total de Receita	47.002.000,00€
<hr/>	
Despesa Corrente	34.219.000,00€
Despesa de Capital	10.242.000,00€
Total de Despesa	44.461.000,00€

As Receitas e Despesas Orçamentais efetivas, atingiram os seguintes valores:

Receita Corrente	41.332.503,52€
Receita de Capital	5.060.403,80€
Total de Receita Líquida	46.392.907,32€
Outras Receitas	
Reposições	23.226,75€
Saldo Transitado de 2014	7.429.861,36€
Total de Receita	53.845.995,43
<hr/>	
Despesa Corrente	33.054.853,26€
Despesa de Capital	13.443.242,13€
Total de Despesa	46.498.095,39€

Handwritten signatures and initials in the bottom left corner.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



O saldo final de tesouraria relativo a operações orçamentais, transitado para 2016, resulta da diferença entre a receita total e a despesa total.

Total de Receita	53.845.995,43€
Total de Despesa	46.498.095,39€
Saldo	7.347.900,04€

O grau de execução orçamental da receita, excluindo o saldo transitado de 2014 para 2015 (no montante de 7.429.861,36€), é obtido pelo rácio entre a receita total realizada e a receita orçamental.

Total de Receita Realizada*	46.416.134,07€
Total de Receita Orçamentada	46.000.000,00€
Grau de Execução	100,9%

* Exclui-se o saldo transitado de 2014

O grau de execução orçamental da despesa é obtido pelo rácio entre a despesa total realizada e a despesa orçamentada.

Total de Despesa Realizada	46.498.095,39€
Total de Despesa Orçamentada	50.429.861,36€
Grau de Execução	92,2%

Handwritten signatures and initials

Handwritten signatures and initials



2.3 Principais Conclusões da análise da Contabilidade Orçamental

I - O mapa dos fluxos de caixa movimenta e contabiliza as operações de tesouraria relativas à cobrança para terceiros e as cauções em numerário prestadas ao Município e pelo Município, contabilizados no mapa de contas de ordem, em conformidade com a interpretação do Tribunal de Contas sobre a solução plasmada no POCAL.

II - As despesas efetivas com pessoal, representam 98,42% da despesa orçamentada, e representam 32,87% da despesa total realizada. O seu valor efetivo é inferior ao verificado no exercício anterior e é também inferior ao valor previsto no Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro (PASF).

Despesa com Pessoal Realizada (2014)	15.614.975,78€
Despesa com Pessoal Realizada (2015)	15.283.218,75€
Despesa com Pessoal prevista no PASF (para 2015).....	16.772.000,00€

III - Os encargos globais com Pessoal não docente, decorrentes da transferência de pessoal para o Município de Vila do Conde, no setor da Educação, nos termos do Dec.-Lei n.º 144/2008, de 28/7, contabilizadas como despesas de Pessoal, em 2015, foram de 3.714.080,43€.

IV - A Lei n.º 82-B/2014 de 31/12, que aprovou o OGE/2015, em matéria de Finanças Locais, atribuiu ao Município de Vila do Conde, no âmbito do Fundo Social Municipal (FSM), o montante de 1.495.793,00€, consignados ao financiamento de atribuições e competências exercidas pelo Município no âmbito da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico; ora, a Câmara Municipal cumpriu essa consignação de receitas, tendo gasto, nesse âmbito, como despesas correntes de funcionamento, imputadas ao Fundo Social Municipal, o montante de 2.016.322,05€, após dedução de outras receitas e despesas consignadas ao mesmo fim.

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten signatures and marks



V - A prossecução de atividades Municipais relevantes, contabilizados como despesas correntes do exercício atingiram os seguintes valores:

Transportes escolares com locação de viaturas	570.403,95€
Transportes escolares com viaturas Municipais	84.674,77€
Fornecimento de refeições escolares	818.833,13€
Subsídios concedidos para livros e material a alunos carenciados	51.309,00€

VI - O Município de Vila do Conde cumpriu com as regras do Equilíbrio Orçamental:

a) As Receitas totais foram superiores às despesas totais

b) A Receita Corrente Bruta foi superior ao valor da despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, conforme prevê o Art.º 40 do Regime Financeiro das Autarquias Locais:

Despesa Corrente	33.054.853,26€
Amortizações médias de empréstimo mlp	4.589.345,12€
Total	37.644.198,38€
Receita Corrente Bruta	41.332.503,52€

VII - As transferências correntes para as Freguesias e Instituições foram superiores ao previsto no PASF – Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro:

Transferências Correntes previstas no PASF	2.366.000,00€
Transferências Correntes Realizadas	3.359.462,14€
Freguesias	1.502.287,73€
Instituições sem Fins Lucrativos	1.809.815,44€
Famílias	47.358,97€

mf

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]



VIII - As despesas de Investimento atingiram um valor superior ao limite correspondente ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro)/Capital e igualmente superiores também ao previsto no Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro (PASF).

Despesa de Investimento Realizadas	3.840.851,75€
Limite do FEF Capital	2.637.056,00€
Despesa de Investimento previstas no PASF	2.092.000,00€

IX - As transferências de capital realizadas para as Freguesias, Instituições e para a Lipor, foram ligeiramente superiores às previstas no PASF.

Transferências de Capital Realizadas	678.881,02€
Transferências de Capital previstas no PASF	614.000,00€

X - No exercício económico de 2015 foi realizada uma amortização extraordinária do capital em dívida de médio e longo prazo, para além das amortizações de dívida financeira inicialmente previstas.

Amortização Extraordinária Empréstimos mlp	3.626.235,48€
Amortização Corrente de Empréstimos mlp	4.932.163,39€
Total de Amortizações de Empréstimos mlp	8.558.398,87€

MF
2015

etc

[Handwritten signatures and stamps]
PÁGINA 14
Luís Alves



3 . A Contabilidade Patrimonial

Neste capítulo do Relatório de Gestão e Contas pretende-se evidenciar em termos patrimoniais qual é que tem sido a evolução dos rácios e indicadores que o Município releva nos seus sucessivos exercícios.

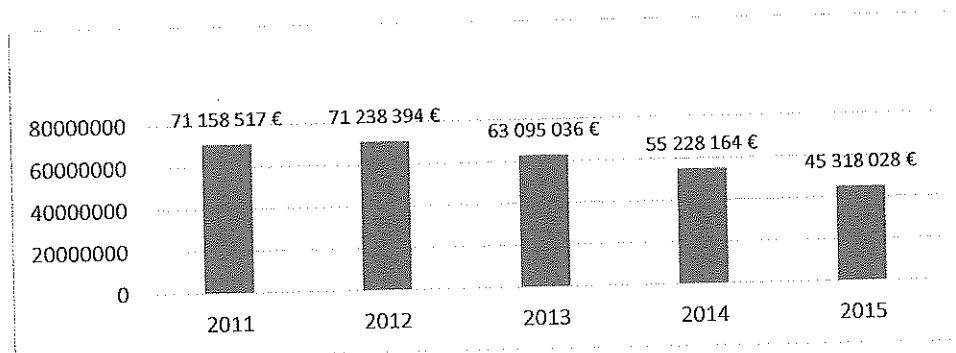
mf
A/2
D.

P
Contabil
D. R
PÁGINA 15
Linda Alves
10

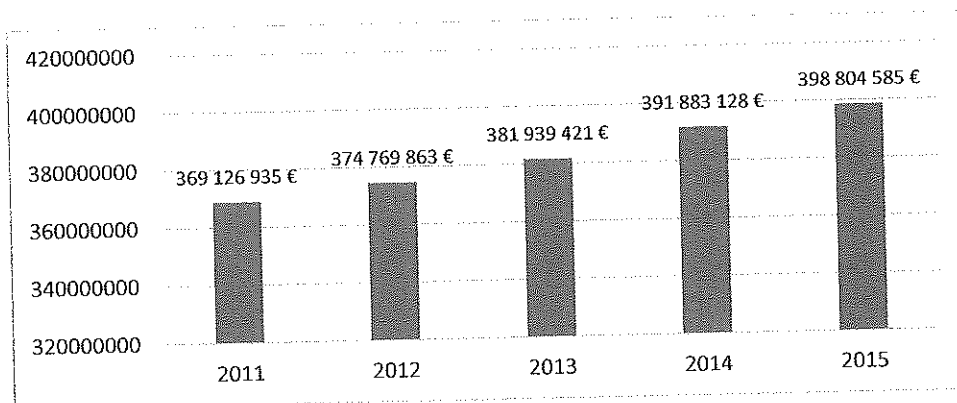


3.1 Principais Indicadores e sua evolução

I - O Passivo Total do Município, em 2015, excluídos os “Proveitos diferidos”, que consubstanciam participações financeiras recebidas para investimentos os “acréscimos de custos”, as “provisões para riscos e encargos”, a contribuição para o “FAM – Fundo de Apoio Municipal” e as operações não orçamentais, que consubstanciam as operações de tesouraria, foi de 45.318.028,42€ e teve a seguinte evolução:



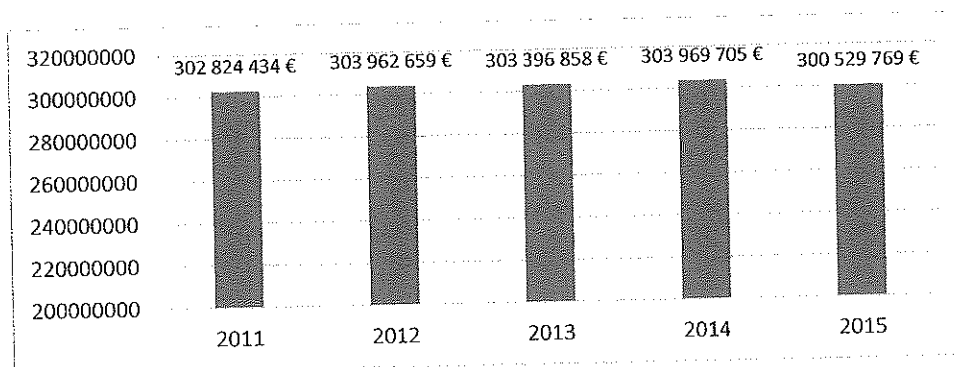
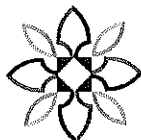
II - O Ativo Bruto do Município, nos últimos exercícios económicos, teve a seguinte evolução, atingindo em 2015 o valor de 398.804.584,82€.



III - Deduzidas as Amortizações e Reintegrações Acumuladas do Ativo Imobilizado, e as Provisões Acumuladas, resultam os valores do Ativo Líquido, que teve a seguinte evolução, atingindo em 2015 o valor de 300.529.769,76€.

[Handwritten signature]

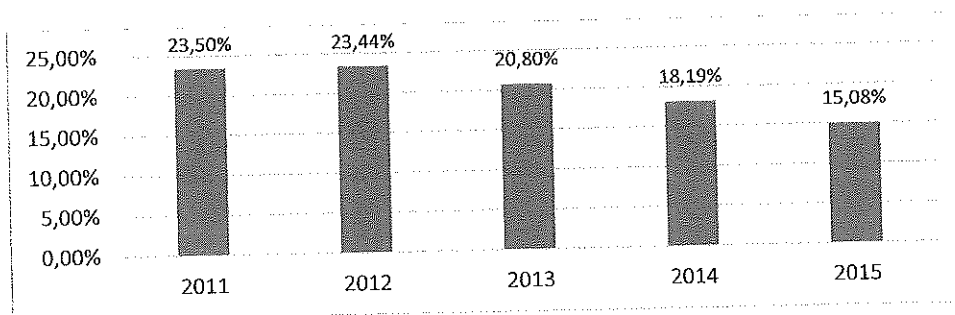
[Handwritten signatures]



IV - O Balanço Patrimonial do Município revela que o Passivo em 2015 representa 15,08% do Ativo Líquido.

Passivo Total	45.318.028,42€
Ativo Líquido Total	300.529.769,76€
	15,08%

O Passivo Total face ao Ativo Líquido regista o seguinte comportamento entre 2011 e 2015.



V - Os créditos de curto prazo sobre terceiros atingiram o montante de 1.923.247,24€ cuja cobrança está em curso.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark

PÁGINA 17

Handwritten signatures and stamps

Luís Alves



VI - Foram reforçadas as Provisões constituídas, em 124.956,90€ para créditos de cobrança duvidosa, em 3.863,46€ para depreciação de Existências, e foram constituídas provisões para Passivos Contingentes, no valor de 4.418.565,10€.

Foram utilizadas provisões constituídas para cobrança duvidosa, no valor de 34.438,60€, para depreciação de existências no valor de 1.050,85€, e anuladas Provisões para Investimentos Financeiros, no valor de 318.498,36€.

VII - Da análise dos débitos de curto prazo, excluídos os “débitos ao Estado e outros entes públicos”, os valores das cauções prestadas ao Município, das cobranças para terceiros, movimentadas por operações de tesouraria, que não consubstanciam dívidas do Município, resulta que as dívidas a fornecedores de bens e serviços, e a outros credores por fornecimento de Imobilizado, em 31/12/2015, atingiram o montante de 2.540.988,07€.

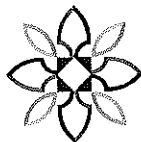
Ao longo dos últimos cinco exercícios económicos, as dívidas a fornecedores de bens e serviços e outros credores por fornecimento de imobilizado, tiveram a seguinte evolução:

Exercício de 2011	27.506.156,35€
Exercício de 2012	30.019.131,63€
Exercício de 2013	635.173,41€
Exercício de 2014	644.353,64€
Exercício de 2015*	2.540.988,07€

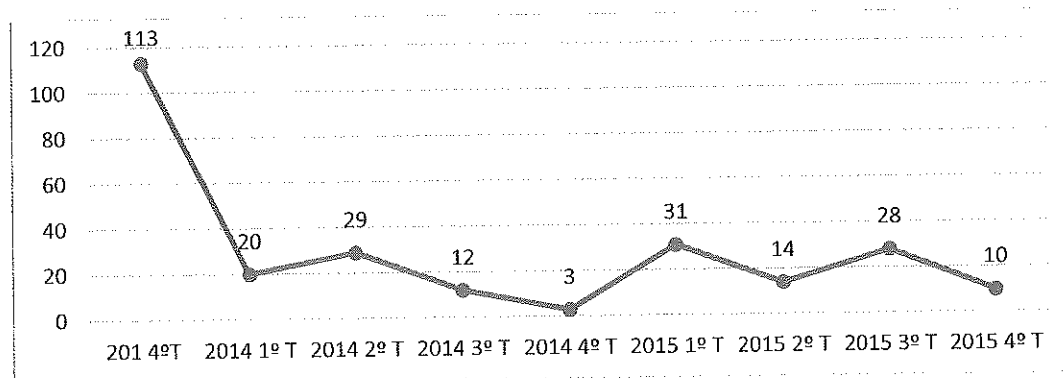
* por instruções da DGAL, inclui o FAM no valor de 1.613.715,74€

Tal resulta da aplicação do Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro (PASF), e das inerentes poupanças realizadas, e do incremento das receitas próprias, no âmbito da Adesão do Município ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local e ao Saneamento Financeiro, merecendo especial realce as opções de Gestão adotadas pelos Órgãos Autárquicos.

PÁGINA 18
Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including the name "Luís Alves".



VIII – Evolução do Prazo Médio de Pagamento (em dias).



Handwritten signature and initials.

Handwritten signatures and initials.



4. Endividamento Financeiro de Curto, Médio e Longo Prazo

I - O Município em 2015 não recorreu a qualquer empréstimo financeiro de curto, médio e longo prazo.

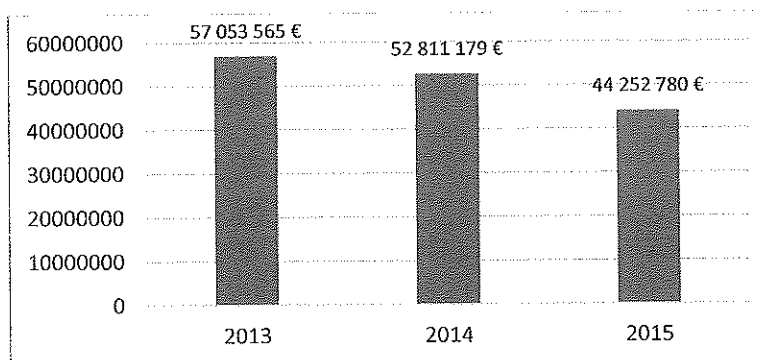
II - Com o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013 de 3/9), todos os empréstimos de médio e longo prazo passaram a relevar para o conjunto do endividamento Municipal.

III - O serviço anual efetivo da dívida financeira mlp do Município em 2015 atingiu os 9.962.739,58€ estando devidamente contabilizada a amortização extraordinária de 3.626.235,48€.

Amortizações de Capital	8.558.398,87€
Juros	1.404.340,71€

IV - Deixou de ser relevante a análise do endividamento líquido Municipal, na ótica do Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais.

V – Evolução do Endividamento Financeiro de mlp.



Handwritten signatures and initials in the bottom left corner.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



5. Endividamento Bruto Municipal

I - O Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013 de 3/9), estabelece no Art.º 52 o limite da dívida total de cada Município.

"Art.º 52 - Limite da dívida total

1- A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no Art.º 54, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2- A dívida total de operações orçamentais do Município, engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do Art.º 49, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros, decorrentes de operações orçamentais."

Calculando a média da Receita Corrente Líquida Cobrada (RCLC), nos três exercícios anteriores, verifica-se que a sua média atinge os 40.133.458,19€.

Receita Corrente Líquida Cobrada em 2012	37.219.367,12€
Receita Corrente Líquida Cobrada em 2013	41.483.180,34€
Receita Corrente Líquida Cobrada em 2014	41.697.827,12€
Média 3 últimos anos da RCLC	40.133.458,19€
Limite da Dívida Bruta (1,5 x Média 3 últimos anos da RCLC)	60.200.187,29€

II - Para o cômputo da dívida Bruta do Município de Vila do Conde releva o valor do passivo em 31/12/2015, excluídos os "Proveitos diferidos", os "Acréscimos de custos", as "Provisões para riscos e encargos", as operações não orçamentais, movimentadas por operações de tesouraria, e o contributo para FAM – Fundo de Apoio Municipal.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*
PÁGINA 21
Luis Alves



Total do Passivo	98.726.447,56€
Proveitos Diferidos	43.067.279,75€
Acréscimo de Custos	2.572.032,40€
Provisões para Riscos e Encargos	4.418.565,10€
Operações não Orçamentais	1.736.826,10€
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	1.613.715,74€
Dívida Bruta do Município	45.318.028,42€

ou seja, o valor da dívida bruta do Município de “per si”, relevante para o seu cômputo e aferição do cumprimento do limite, em 31/12/2015, foi de 45.318.028,42€.

III - A este valor será necessário acrescentar o contributo das entidades previstas no n.º 1 do Art.º 54 do Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, em 31/12/2015, no montante de 6.036.928,35€:

Dívida Bruta “per si” do Município	45.318.028,42€
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	357,95€
LIPOR – Associação de Municípios para Gestão de Resíduos*	6.035.902,54€
NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A. **	585,40€
PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional***	40,91€
APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios c/Centro Histórico	41,55€
Total da Dívida Bruta Municipal	51.354.956,77€

*) Associação de Municípios de Fins Específicos

**) Empresa Comercial Privada, participada pelo Município, em desequilíbrio de exploração

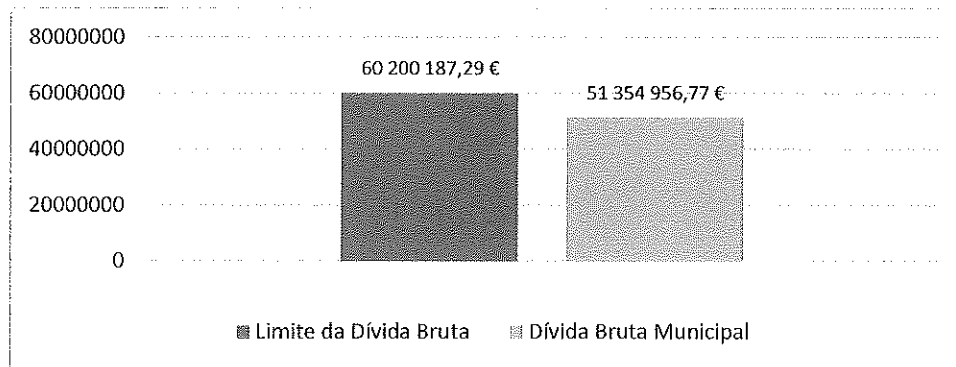
***) Empresa Pública Intermunicipal, participada pelo Município, em desequilíbrio de exploração

Handwritten signature and initials

Handwritten signatures and initials



IV - Assim, o cômputo da Dívida Bruta Municipal, em 31/12/2015, abrangendo o Município de Vila do Conde, de "per si", e as entidades previstas no n.º 1 do Art.º 54 do Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, foi de 51.354.956,77€, cumprindo o Limite da Dívida Total previsto pelo artº 52 da Lei 73/2013 de 3 de setembro.



V - Dado o valor apurado, deverá concluir-se pela inaplicabilidade do Regime Transitório, previsto no Art.º 84 do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais.

PÁGINA 23



6. Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados

I - Os Proveitos Operacionais no valor de 43.599.882,89€, são determinados essencialmente, pelo produto de Impostos e Taxas, pelas prestações de serviços públicos e pelas transferências e subsídios obtidos, com exclusão dos subsídios auferidos para investimentos.

II - Os Custos Operacionais, no valor de 42.351.553,03€, são essencialmente determinados pela aquisição de materiais, fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal, remunerações e encargos sociais, pelas transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e pelas amortizações do exercício.

III - Os Resultados Financeiros do exercício são negativos, no montante de (-) 1.433.018,23€, e são essencialmente determinados pelos juros suportados com os empréstimos financeiros de médio e longo prazo contraídos pelo Município em exercícios económicos anteriores, e com outros juros de mora suportados no exercício.

IV - Os Resultados Extraordinários do exercício são positivos no valor de 2.476.038,95€, e são determinados essencialmente pela imputação ao exercício dos subsídios recebidos para investimentos, os quais são movimentados numa base sistemática para a conta 7983 – Transferências de Capital – subsídios para investimentos, à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, que no exercício de 2015, totalizaram 2.639.663,34€, e ainda, entre outras, pelas transferências de capital para a Lipor.

V - Os Resultados Líquidos do exercício são positivos, no valor de 2.291.350,58€, e são essencialmente determinados pelos resultados operacionais e extraordinários, e

PÁGINA 24



resultam da agregação dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários, pelo que, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, devem ser aplicados:

a) 5% para constituição de Reserva Legal

b) 95% pela transferência para a conta de Resultados Transitados para a gerência de 2016

VI - A Situação Líquida, no valor de 201.803.322,20€, representa 67,1% do Ativo Líquido.

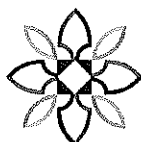
Situação Líquida	201.803.322,20€
Ativo Líquido	300.529.769,76€
	67,1%

VII - O grau de independência ou solvência económica do Município é de 445,3%, assim calculada:

Situação Líquida	201.803.322,20€
Passivo Total	45.318.028,42€
	445,3%

VIII - No respeito pelo princípio do acréscimo ou da especialização dos exercícios, foram relevados contabilisticamente como "Acréscimo de Proveitos", o produto da liquidação de IMI e da DERRAMA Municipal, inerentes ao exercício de 2015, a receber em 2016, e como "Acréscimo de custos", os encargos financeiros vencidos no exercício e encargos com férias e subsídio de férias vencidos no exercício, a pagar apenas em 2016, e proveitos reconhecidos no exercício e a receber apenas em 2016, com impacto patrimonial na Demonstração de Resultados, nos termos previstos no POCAL.

PÁGINA 25



IX - Não houve factos relevantes após o termo do exercício económico.


X - Junto se anexa a certificação legal de contas, pelo Auditor externo (Ponto 7 do Relatório de Gestão e Contas de 2015)

XI - Junto se anexa o Resumo do Inventário Patrimonial do Município (Ponto 8 do Relatório de Gestão e Contas de 2015), atualizado a 31/12/2015 com o mapa do Ativo Bruto e respetivas modificações ocorridas no exercício económico.

Para aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015 e do Inventário Patrimonial atualizado a 31/12/2015, e para aprovar a proposta de Aplicação de Resultados Líquidos, tem competência própria o Executivo Municipal, sendo a respetiva apreciação da competência da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na Lei n.º 75/2013 de 12/9.

Vila do Conde, 8 de abril de 2016

A Presidente da Câmara Municipal,



(Dra. Elisa Ferraz)



O Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira,



(Dr. Nuno Castro)



7. Certificação Legal de Contas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 300.529.769,76 euros e um total de fundos próprios de 201.803.322,20 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.291.350,58 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental, (que evidenciam um total de 46.498.095,39 euros de despesa paga e um total de 46.416.134,07 euros de receita cobrada, correspondentes a um grau de execução orçamental de 92,20% da despesa e 100,90% da receita), do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Câmara Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo número 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara Municipal, utilizadas na sua preparação;

- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

JOSÉ LUÍS AZEVEDO, SROC, UNIPessoal, LDA.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. A aplicação das Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi limitada no exercício pela existência de bens imóveis não exaustivamente inventariados. Apesar dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos por parte dos Serviços do Município, não foi ainda adequadamente concluído o processo de análise e reconciliação dos valores representativos do imobilizado da Autarquia, nomeadamente alguns imóveis do domínio privado, anteriores a 2002 e há muitos anos na posse do Município, assim como alguns bens do domínio público, designadamente cedências de terrenos ao abrigo da lei dos loteamentos, pelo que não nos podemos pronunciar quanto aos efeitos destas situações sobre as demonstrações financeiras.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas no parágrafo anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do “MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE”, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo número sete, chamámos a atenção para as situações seguintes:

10.1 – As participações de capital, detidas pelo Município, estão valorizadas pelo custo de aquisição, pelo facto do Município não exercer influência dominante em nenhuma das entidades participadas. Conforme indicado na Nota 8.2.16 do Anexo, o valor mais significativo diz respeito à participação de 1,43% detida na sociedade Águas do Norte, S.A., constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de Maio, por agregação de quatro entidades, entre as quais a Águas do Noroeste, S.A., que foi extinta. O valor da participação detida pelo Município na sociedade Águas do Noroeste foi transferido pelo mesmo montante para a nova sociedade Águas do Norte. Em função dos capitais próprios do exercício anterior da sociedade extinta, tinha sido constituída uma provisão para ajustamento do investimento financeiro. Contudo, na sequência da agregação efectuada, os capitais próprios da nova sociedade atingem à data de 31 de Dezembro de 2015 o montante de 281.713.519,88 euros, pelo que o valor da participação detida pelo Município de Vila do Conde seria substancialmente acrescida caso fosse valorizada pelo método da equivalência patrimonial, tendo em consequência sido anulada neste período a referida provisão.

JOSÉ LUÍS AZEVEDO, SROC, UNIPESSOAL, LDA.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 10.2 – Conforme mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.28 do Anexo, os “Fundos Próprios” do Município registaram na rubrica “Património” um acréscimo de 1.366.911,30 euros, resultante da aplicação de parte do resultado apurado no exercício anterior, a rubrica de “Resultados Transitados” recolheu a crédito o valor restante 3.295.842,89 euros do resultado apurado no ano anterior, bem como 5.034.545,05 euros resultantes de regularizações na rubrica 2745 - Subsídios para Investimentos e a débito 4.418.565,10 euros de provisões para outros riscos e encargos relativas a responsabilidades contingentes conexas com processos judiciais em curso, de acordo com confirmação obtida do Advogado do Município, no âmbito da revisão legal de contas e 218.497,26 euros de outras regularizações com carácter excepcional, não frequentes e de grande significado. A rubrica “Doações” registou a crédito o montante de 1.994.888,15 euros relativos às doações registadas no período a favor do Município, das quais o valor de 1.841.280,00 euros refere-se ao Mosteiro São Salvador de Vairão, transferido para a dominialidade municipal em 2015.
- 10.3 – Embora os valores apresentados no balanço não sejam relevantes, verificou-se uma insuficiência de respostas obtidas no âmbito do processo de circularização de clientes/contribuintes/utentes.
- 10.4 – Conforme referido na nota 8.3.6.1 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e de acordo com os cálculos apresentados no Relatório de Gestão para a determinação da dívida total de operações orçamentais do Município, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que estabeleceu o Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), incluindo a dívida das entidades relevantes para este efeito previstas no artigo 54.º, o Município não ultrapassou o limite da dívida total fixado em 60.200.187,29 euros, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º do RFAL, tendo totalizado 51.354.956,77 euros, depois de acrescida a importância de 6.036.928,35 euros, referente à dívida das entidades relevantes mencionadas no artigo 54.º à dívida total própria do Município, não lhe sendo assim aplicável o regime transitório para o endividamento excepcionado previsto no artigo 84.º do RFAL.
- 10.5 – Em conformidade com o disposto no artigo 75.º do RFAL o Município está obrigado a apresentar contas consolidadas a partir do exercício de 2014, tendo efectivamente sido apresentadas pela primeira vez no ano anterior. Em conformidade com essa apresentação, as Demonstrações Financeiras Consolidadas deverão ser aprovadas pelo órgão executivo, de modo a serem apreciadas pelo órgão deliberativo na sessão ordinária do mês de Junho de 2016, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do RFAL.

Vila do Conde, 11 de Abril de 2016.

JOSÉ LUÍS AZEVEDO, SROC, UNIP., LDA.

Um Gerente,

JOSÉ LUÍS AZEVEDO, SROC, UNIPESSOAL, LDA.

(SROC 99)

representada por

José Luís Pinto de Azevedo

(ROC 626)

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO
Exercício de 2015

À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

- 1 – Em conformidade com o disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, genericamente conhecida como Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), cumpre ao Auditor Externo nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, emitir parecer sobre as contas anuais do “MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE”, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
- 2 – Nos termos do disposto no artigo 77.º do RFAL, verificámos periodicamente e com a profundidade e extensão consideradas adequadas, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, tendo recebido dos representantes do Órgão Executivo e dos Serviços todos os esclarecimentos e apoios solicitados.
- 3 - Examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 300.529.769,76 euros e um total de fundos próprios de 201.803.322,20 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.291.350,58 euros), a demonstração de resultados por naturezas e os fluxos de caixa e as respectivas notas anexas, para o exercício findo naquela data.
- 4 – Verificámos os documentos de prestação de contas, os quais foram elaborados em conformidade com os elementos contabilísticos e as disposições aplicáveis previstas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e aferimos da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 5 – Analisámos igualmente os mapas de execução orçamental, nomeadamente o mapa de controlo orçamental da despesa, o mapa de controlo orçamental da receita e a execução do plano plurianual de investimentos.

6 – PARECER:

Tendo em conta que as acções levadas a cabo permitem concluir que a contabilidade, as contas e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e reflectem a actividade desenvolvida e a situação económica e financeira da Entidade e a sua execução orçamental e ainda o teor da Certificação Legal de Contas que emitimos com uma reserva e cinco ênfases, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão da Câmara Municipal relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Finalmente o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer ao Órgão Executivo e aos Serviços do Município, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Vila do Conde, 11 de Abril de 2016.

O AUDITOR EXTERNO

JOSÉ LUÍS AZEVEDO, SROC, UNIP., LDA.

Um Gerente,

José Luís Azevedo, SROC, UNIPessoal, LDA. (SROC 99)
representada por
José Luís Pinto de Azevedo (ROC 626)



8. Resumo do Inventário Patrimonial

Handwritten signature/initials in the bottom left corner.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

ENTIDADE
CMVC

ACTIVO BRUTO

Data : 2016/04/05

Ano Contabilístico : 2015 Período: Janeiro a Dezembro

Página : 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.218.263,00		1.882.668,74			4.100.931,74
41.1 Partes de capital	2.218.263,00					2.218.263,00
41.1.1 Associações de municípios						
41.1.1.1 Associação Nacional de Municípios Portugueses						
41.1.1.2 FAM						
41.1.2 Empresas municipais e intermunicipais	2.205.284,00					2.205.284,00
41.1.2.1 Polísvila do Conde						
41.1.2.2 ÁGUAS DO CÁVADO SA						
41.1.2.3 PRIMUS	499,00					499,00
41.1.2.4 MUNICIPIA	24.950,00					24.950,00
41.1.2.5 METRO DO PORTO, SA	5,00					5,00
41.1.2.6 ÁGUAS DO NOROESTE SA	2.179.830,00					2.179.830,00
41.1.2.7 ADEPORTO-AGENCIA DE ENERGIA DO PORTO						
41.1.3 Empresas privadas ou cooperativas	12.979,00					12.979,00
41.1.3.1 PORTGÁS	10.479,00					10.479,00
41.1.3.2 NET	2.500,00					2.500,00
41.2 Obrigações e títulos de participação			1.882.668,74			1.882.668,74
41.2.1 Empresas municipais e intermunicipais						
41.2.2 FUNDO DE APOIO MUNICIPAL			1.882.668,74			1.882.668,74
41.4 Investimentos em imóveis						
41.4.1 Terrenos e recursos naturais						
41.4.2 Edifícios e outras construções						
41.4.2.1 Edifícios						
41.4.2.2 Outras construções						
41.5 Outras aplicações financeiras						
41.5.1 Depósitos em instituições financeiras						
41.5.2 Títulos de dívida pública						
41.5.3 Outros títulos						
42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	270.103.993,23		5.949.426,76	689.219,76	173.193,13	275.191.007,10
42.1 Terrenos e recursos naturais	47.633.290,74		526.080,00	676.670,00		47.482.700,74
42.2 Edifícios e outras construções	200.029.396,31		4.344.965,41	12.549,76	152.626,02	204.209.185,94
42.2.1 Edifícios	160.835.951,58		1.638.949,79	12.549,76	152.626,02	162.309.725,59
42.2.1.01 Habitação	51.828.533,11		200.000,00	12.549,76		52.015.983,35
42.2.1.02 Instalações de Serviços	35.261.491,16		1.421.565,79			36.683.056,95
42.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	7.005.694,62		17.384,00			7.023.078,62
42.2.1.04 Mercados e instalações de fiscalização sanitária	615.755,07					615.755,07
42.2.1.05 Creches	3.874.355,23					3.874.355,23
42.2.1.06 Escolas	42.954.992,82				152.626,02	42.802.366,80
42.2.1.07 Lares de terceira idade						
42.2.1.08 Outros	19.295.129,57					19.295.129,57
42.2.2 Outras construções	39.193.444,73		2.706.015,62			41.899.460,35
42.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares	10.883.005,98		550.755,20			11.433.761,18
42.2.2.02 Esgotos	4.379.468,28		3.703,00			4.383.171,28
42.2.2.03 Iluminação pública	30.549,69		24.468,99			55.018,68
42.2.2.04 Parques e jardins	2.928.063,95					2.928.063,95
42.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas	4.059.064,45					4.059.064,45
42.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água	3.713.298,03					3.713.298,03
42.2.2.07 Viação rural	8.469.346,05		2.125.078,04			10.594.424,09
42.2.2.08 Sinalização e trânsito	744.044,57		2.010,39			746.054,96
42.2.2.09 Infra-estruturas para distr. de energia eléctrica	7.250,00					7.250,00
A transportar	245.901.596,32		6.753.714,15	689.219,76	152.626,02	251.813.464,69
Total	245.901.596,32		6.753.714,15	689.219,76	152.626,02	251.813.464,69

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	245.901.596,32		6.753.714,15	689.219,76	152.626,02	251.813.464,69
42.2.2.10 Infra-estruturas p/ tratamento de residuos sólidos						1.674.797,01
42.2.2.11 Cemitérios	1.674.797,01					2.304.556,72
42.2.2.12 Outras	2.304.556,72					7.068.448,30
42.3 Equipamento básico	6.544.285,49		532.089,09		7.926,28	6.565.383,08
42.3.0 Equipamento Básico	6.544.285,49		29.023,87		7.926,28	
42.3.1 Software						503.065,22
42.3.2 Equipamento basico diverso			503.065,22			5.950.680,76
42.4 Equipamento de transporte	5.914.100,56		36.580,20			600.609,00
42.5 Ferramentas e utensilios	527.633,30		81.684,92		8.709,22	8.032.999,65
42.6 Equipamento administrativo	7.635.150,30		401.780,96		3.931,61	7.829.123,60
42.6.0 Equipamento Administrativo	7.635.150,30		197.904,91		3.931,61	75.606,91
42.6.1 Software			75.606,91			128.269,14
42.6.2 Equipamento administrativo diverso			128.269,14			1.846.382,71
42.7 Taras e vasilhame						7.540,56
42.9 Outras imobilizações corpóreas	1.820.136,53		26.246,18			7.540,56
43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			7.540,56			7.540,56
43.1 Despesas de instalação			7.540,56			
43.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento						
43.3 Propriedade industrial e outros direitos						
43.9 Outras						
44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	6.830.747,22		2.684.481,55		2.856.726,30	6.658.502,47
44.1 Imobilizações em curso de investimentos financeiro						
44.1.1 Partes de capital						
44.1.2 Obrigações e títulos de participação						
44.1.4 Investimentos em imóveis						
44.1.5 Outras aplicações financeiras						
44.2 Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	6.442.771,76		2.320.034,73		2.714.494,89	6.048.311,60
44.2.1 Terrenos e recursos naturais						
44.2.2 Edifícios e outras construções	6.442.771,76		2.320.034,73		2.714.494,89	3.433.641,44
44.2.2.1 Edifícios	2.069.625,36		1.409.642,66		45.626,58	464.293,03
44.2.2.1.01 Habitação	209.636,06		254.656,97			862.228,54
44.2.2.1.02 Instalações de serviços	499.530,27		390.940,85		28.242,58	95.996,63
44.2.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	113.380,63				17.384,00	194.014,34
44.2.2.1.04 Mercados e instalações de fiscal.sanitária	102.365,57		91.648,77			
44.2.2.1.05 Creches						
44.2.2.1.06 Escolas	1.144.712,83		672.396,07			1.817.108,90
44.2.2.1.07 Lares de terceira idade						
44.2.2.1.08 Outros edificios						
44.2.2.2 Outras construções	4.373.146,40		910.392,07		2.668.868,31	2.614.670,16
44.2.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.745.366,97		381.643,51		536.384,27	1.590.626,21
44.2.2.2.02 Esgotos	234.032,58		10.841,04		7.406,00	237.467,62
44.2.2.2.03 Iluminação pública						
44.2.2.2.04 Parques e jardins						
44.2.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas	30.969,17		89.962,65			120.931,82
44.2.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água	2.606,36					2.606,36
44.2.2.2.07 Viação rural	2.137.874,49		427.944,87		2.125.078,04	440.741,32
44.2.2.2.08 Sinalização e trânsito						
44.2.2.2.09 Infraestruturas p/distrib. de energia eléctrica						
44.2.2.2.10 Infraestruturas p/tratam.de residuos sólidos						
44.2.2.2.11 Cemitérios	222.296,83					222.296,83
44.2.2.2.12 Outras						
44.2.3 Equipamento básico						
44.2.4 Equipamento de transporte						
44.2.5 Ferramentas e utensilios						
44.2.6 Equipamento administrativo						
A transportar	278.765.027,99		10.159.670,79	689.219,76	2.887.688,02	285.347.791,00
Total	278.765.027,99		10.159.670,79	689.219,76	2.887.688,02	285.347.791,00

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	278.765.027,99		10.159.670,79	689.219,76	2.887.688,02	285.347.791,00
44.2.7 Taras e vasilhame						
44.2.9 Outras imobilizações corpóreas						
44.3 Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas						
44.3.1 Despesas de instalação						
44.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimentos						
44.3.3 Propriedade industrial e outros direitos						
44.3.4 Aquisição de serviços						
44.5 Imobilizações em curso de bens de domínio público	387.975,46		364.446,82		142.231,41	610.190,87
44.5.1 Terrenos e recursos naturais						
44.5.2 Edifícios						
44.5.3 Outras construções e infra-estruturas	387.975,46		364.446,82		142.231,41	610.190,87
44.5.3.1 Viadutos, arruamentos e obras complementares	367.377,08		364.446,82		142.231,41	589.592,49
44.5.3.2 Parques e jardins	20.598,38					20.598,38
44.5.4 Bens do património histórico, artístico e cultural						
44.5.5 Outros bens de domínio público						
44.6 Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
44.7 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
44.8 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
44.9 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	83.309.943,20		295.839,56			83.605.782,76
45.1 Terrenos e recursos naturais	6.351.636,34		153.608,15			6.505.244,49
45.2 Edifícios	284.662,67					284.662,67
45.3 Outras construções e infraestruturas	53.118.767,96		142.231,41			53.260.999,37
45.5 Bens do património histórico, artíst. e cultural	3.026.333,09					3.026.333,09
45.9 Outros bens de domínio público	20.528.543,14					20.528.543,14
Total	362.462.946,65		10.819.957,17	689.219,76	3.029.919,43	369.563.764,63

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 PÁGINA 35
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ENTIDADE
CMVC

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano Contabilístico : 2015 Período: Janeiro a Dezembro

Data : 2016/04/05
Pagina : 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	86.450.544,15	10.598.560,52	12.000,50	97.037.104,17
48.1 De investimentos em imóveis				
48.1.1 Terrenos e recursos naturais				
48.1.2 Edifícios e outras construções				
48.1.2.1 Edifícios				
48.1.2.2 Outras construções				
48.2 De imobilizações corpóreas	51.973.325,15	7.559.204,10	12.000,50	59.520.528,75
48.2.1 Terrenos e recursos naturais				
48.2.2 Edifícios e outras construções	31.998.091,46	7.035.674,04	2.018,24	39.031.747,26
48.2.2.1 Edifícios	23.843.997,67	5.387.166,61	2.018,24	29.229.146,04
48.2.2.2 Outras construções	8.154.093,79	1.648.507,43		9.802.601,22
48.2.3 Equipamento básico	5.969.222,16	204.876,01	7.306,36	6.166.791,81
48.2.3.0 Equipamento básico	5.969.222,16	188.633,05	7.306,36	6.150.548,85
48.2.3.1 Software				
48.2.3.2 Equipamento básico diverso		16.242,96		16.242,96
48.2.4 Equipamento de transporte	5.444.664,03	82.350,46		5.527.014,49
48.2.5 Ferramentas e utensílios	481.724,25	20.131,14		501.855,39
48.2.6 Equipamento administrativo	7.130.061,99	214.702,45	2.675,90	7.342.088,54
48.2.6.0 Equipamento administrativo	7.130.061,99	194.738,50	2.675,90	7.322.124,59
48.2.6.1 Software		10.231,34		10.231,34
48.2.6.2 Equipamento administrativo diverso		9.732,61		9.732,61
48.2.7 Taras e vasilhame				
48.2.9 Outras imobilizações corpóreas	949.561,26	1.470,00		951.031,26
48.3 De imobilizações incorpóreas		2.241,52		2.241,52
48.3.1 Despesas de instalação		2.241,52		2.241,52
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento				
48.3.3 Propriedade industrial e outros direitos				
48.5 De bens de domínio público	34.477.219,00	3.037.114,90		37.514.333,90
48.5.1 Terrenos e recursos naturais				
48.5.2 Edifícios	222.705,38	15.449,60		238.154,98
48.5.3 Outras construções e infraestruturas	28.990.377,13	2.054.373,89		31.044.751,02
48.5.5 Bens de patrimônio histórico, artístico e cultural	123.131,69	44.039,11		167.170,80
48.5.9 Outros bens de domínio público	5.141.004,80	923.252,30		6.064.257,10
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	318.897,36		318.498,36	399,00
49.1 Partes de capital	318.897,36		318.498,36	399,00
49.2 Obrigações e títulos de participação				
49.3 ...				
49.5 Outras aplicações financeiras				
A transportar				
Total	86.769.441,51	10.598.560,52	330.498,86	97.037.503,17

[Handwritten signatures]

PÁGINA 36
[Handwritten signatures and initials]
 Luís Alves

Câmara Municipal de Vila do Conde

MAPA DAS PROVISÕES

ANO: 2015

Cód. contas	Nome das Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
29.1	Provisões para cobrança duvidosa	588.571,98	108.411,37	34.438,60	662.544,75
29.3	Provisões cobr. duvidosa (outros devedores)	554.209,00	16.545,53		570.754,53
29.2.1	Provisões para Processos judiciais em curso	0,00	4.418.565,10		4.418.565,10
39.6	Provisões para depreciação de existências	1.200,00	3.863,46	1.050,85	4.012,61
49.1	Provisões para Investimentos Financeiros	318.897,36		318.498,36	399,00
	TOTAL	1.462.878,34	4.547.385,46	353.987,81	5.656.275,99

	Provisões a deduzir ao Ativo	1.462.878,34	128.820,36	353.987,81	1.237.710,89
	Provisões a aumentar o Passivo (contingente)	0,00	4.418.565,10	0,00	4.418.565,10
	TOTAL	1.462.878,34	4.547.385,46	353.987,81	5.656.275,99

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Luís Afonso

[Handwritten signature]



9. Contas

PÁGINA 38



9.1 Balanço

PÁGINA 39

BALANÇO

ANO 2015
PAG. 1

ENTIDADE CMVC

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

2015/01/01 a 2015/12/31

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado: Circulante: Acréscimos e diferimentos:				
	Bens de domínio público Imobilizações incorpóreas Imobilizações corpóreas Investimentos financeiros				
451	Terrenos e recursos naturais	6.505.244,49		6.505.244,49	6.351.636,34
452	Edifícios	284.662,67	238.154,98	46.507,69	61.957,29
453	Outras construções e infra-estruturas	53.260.999,37	31.044.751,02	22.216.248,35	24.128.390,83
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	3.026.333,09	167.170,80	2.859.162,29	2.903.201,40
459	Outros bens de domínio público	20.528.543,14	6.064.257,10	14.464.286,04	15.387.538,34
445	Imobilizações em curso	610.190,87		610.190,87	387.975,46
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		84.215.973,63	37.514.333,90	46.701.639,73	49.220.699,66
431	Despesas de instalação	7.540,56	2.241,52	5.299,04	
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		7.540,56	2.241,52	5.299,04	
421	Terrenos e recursos naturais	47.482.700,74		47.482.700,74	47.633.290,74
422	Edifícios e outras construções	204.209.185,94	39.031.747,26	165.177.438,68	168.031.304,85
423	Equipamento básico	7.068.448,30	6.166.791,81	901.656,49	575.063,33
424	Equipamento de transporte	5.950.680,76	5.527.014,49	423.666,27	469.436,53
425	Ferramentas e utensílios	600.609,00	501.855,39	98.753,61	45.909,05
426	Equipamento administrativo	8.032.999,65	7.342.088,54	690.911,11	505.088,31
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	1.846.382,71	951.031,26	895.351,45	870.575,27
442	Imobilizações em curso	6.048.311,60		6.048.311,60	6.442.771,76
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		281.239.318,70	59.520.528,75	221.718.789,95	224.573.439,84
411	Partes de capital	2.218.263,00	399,00	2.217.864,00	1.899.365,64
412	Obrigações e títulos de participação	1.882.668,74		1.882.668,74	
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				

BALANÇO

ANO 2015

PAG. 2

ENTIDADE

CMVC

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

2015/01/01 a 2015/12/31

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	4.100.931,74	399,00	4.100.532,74	1.899.365,64
	Existências:				
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazo: (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Títulos negociáveis:				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	277.813,74	4.012,61	273.801,13	253.325,93
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		277.813,74	4.012,61	273.801,13	253.325,93
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c	167.087,56		167.087,56	155.656,79
213	Utentes c/c	416.690,05		416.690,05	9.499,53
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	719.431,65	662.544,75	56.886,90	43.397,41
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				132,71
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	620.037,98	570.754,53	49.283,45	105.263,74
		1.923.247,24	1.233.299,28	689.947,96	313.950,18
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
12	Depósitos em instituições financeiras	9.048.263,66		9.048.263,66	9.057.094,96
11	Caixa	36.462,53		36.462,53	30.138,31
		9.084.726,19		9.084.726,19	9.087.233,27
271	Acréscimos de proveitos	17.938.328,09		17.938.328,09	18.606.593,67

BALANÇO

ANO 2015

ENTIDADE CKVC

MUNICIPIO DE VILA DO CONDE

2015/01/01 a 2015/12/31

PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
272	Custos diferidos	16.704,93		16.704,93	15.096,83
		17.955.033,02		17.955.033,02	18.621.690,50
	Total de amortizações		97.037.104,17		
	Total de provisões.....		1.237.710,89		
	Total do activo	398.804.584,82	98.274.815,06	300.529.769,76	303.969.705,02

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PÁGINA 42

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

BALANÇO

ANO 2015

ENTIDADE CMVC

MUNICIPIO DE VILA DO CONDE

2015/01/01 a 2015/12/31

PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
	Passivo:		
	Acréscimos e diferimentos:		
	Fundos próprios:		
51	Património	150.000.000,00	148.633.088,70
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
59	Resultados transitados	25.107.871,09	21.414.545,51
88	Resultado líquido do exercício	2.291.350,58	4.662.754,19
		177.399.221,67	174.710.388,40
571	Reservas legais	2.083.238,73	2.083.238,73
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	22.320.861,80	20.325.973,65
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
		24.404.100,53	22.409.212,38
292	Provisões para riscos e encargos	4.418.565,10	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	4.418.565,10	
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	40.239.981,17	47.764.786,25
		40.239.981,17	47.764.786,25
2311	Empréstimos de curto prazo	4.012.799,00	5.046.392,79
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	685.925,19	413.957,92
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	103.381,13	137.498,42
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	73.154,30	73.154,30
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		
24	Estado e outros entes públicos	368.711,13	401.473,53
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores - Gerais	1.678.527,45	89.620,50
217+2613+2612	Outros credores - Cauções	1.506.090,94	1.374.434,75
		8.428.589,14	7.536.532,21
273	Acréscimos de custos	2.572.032,40	3.166.773,12

BALANÇO

ANO 2015


ENTIDADE CMVC


MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

2015/01/01 a 2015/12/31

PAG. 5

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	43.067.279,75	48.442.012,66
		45.639.312,15	51.548.785,78
	Total do passivo	98.726.447,56	106.850.104,24
	Total dos fundos próprios e do passivo	300.529.769,76	303.969.705,02

ORGÃO EXECUTIVO
 Em 18 de Abril de 2016


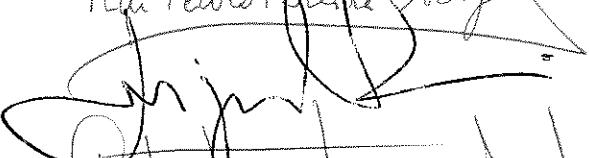
ORGÃO DELIBERATIVO
 Em 28 de Abril de 2016


Antonio Maria Silva Cruz

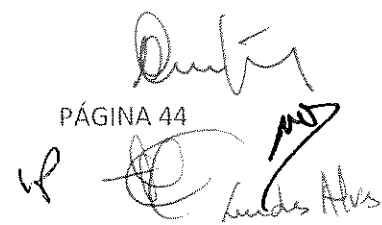
Presidente do Conselho
 Sr Daniel Fernandes Cunha & Aff.

Maria do Lurdes Castro Alves

Rui Pedro Pereira Braga


 Rui Pedro Pereira Braga

Abel Amador





9.2 Demonstração de Resultados

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]
PÁGINA 45
[Handwritten signature]
Fundo Atlas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANO 2015

ENTIDADE

CMVC

MUNICIPIO DE VILA DO CONDE

2015/01/01 a 2015/12/31

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício	
		N	N - 1
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias		
	Matérias	781.532,06	750.450,55
62	Fornecimentos e serviços externos:	11.870.970,65	11.133.330,71
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	12.048.329,90	12.441.408,22
643 a 648	Encargos sociais	3.493.882,46	3.807.509,23
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	3.352.163,06	2.539.667,59
66	Amortizações do exercício	10.598.560,52	8.984.904,20
67	Provisões do exercício	128.820,36	585.629,13
65	Outros custos operacionais	77.294,02	55.394,02
	(A)	42.351.553,03	40.298.293,65
68	Custos e perdas financeiros	1.435.296,45	1.560.394,14
	(C)	43.786.849,48	41.858.687,79
69	Custos e perdas extraordinários	1.247.990,27	951.147,64
	(E)	45.034.839,75	42.809.835,43
88	Resultado líquido do exercício.....	2.291.350,58	4.662.754,19
	(X)	47.326.190,33	47.472.589,62
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias		
7112+7113	Venda de produtos		
712	Prestações de serviços	6.071.309,01	6.130.445,23
72	Impostos e taxas	23.820.254,27	24.864.176,81
(a)	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares	29,54	
74	Transferências e subsídios obtidos	13.708.290,07	13.714.401,25
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		
	(B)	43.599.882,89	44.709.023,29
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.278,22	5.641,79
	(D)	43.602.161,11	44.714.665,08
79	Proveitos extraordinários	3.724.029,22	2.757.924,54
	(F)	47.326.190,33	47.472.589,62
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	1.248.329,86	4.410.729,64
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-1.433.018,23	-1.554.752,35
	Resultados Correntes: (D - C)	-184.688,37	2.855.977,29
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	2.291.350,58	4.662.754,19

ORGÃO EXECUTIVO
Em 18 de Abril de 2016
[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de Abril de 2016
[Assinatura]

Antônio Maria Silva Cruz

[Assinatura]
[Assinatura]
Vice Prefeito Municipal

Maria de Lúcia Castro Alves

[Assinatura]
[Assinatura]
Presidente do Conselho Municipal

Rui Pedro Pereira Aragão

[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2015

ENTIDADE

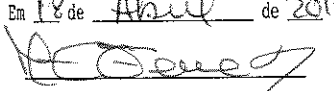
CMVC

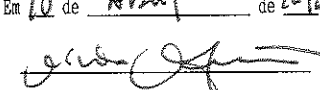
CHVC

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	1.397.023,76	1.523.586,74	781 - JUROS OBTIDOS	423,33	4.316,87
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	1.854,89	1.324,92
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	38.272,69	36.807,40	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	-1.433.018,23	-1.554.752,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	2.278,22	5.641,79	Total	2.278,22	5.641,79

ORGÃO EXECUTIVO
 Em 18 de Abril de 2016



ORGÃO DELIBERATIVO
 Em 28 de Abril de 2016


Antonio Maria Silva Cruz

Abel Augusto Fernandes
 Diretor Municipal Financeiro

Maria de Lurdes Costa Alves

Paulo Pedro Pereira Rego


 Paulo Pedro Pereira Rego
 Diretor Municipal Financeiro



ENTIDADE

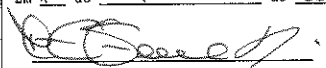
CMVC

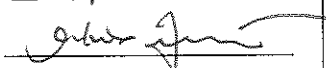
CMVC

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÉRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	747.489,57	686.867,37	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS	34.438,60	
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	1.050,85	1.496,43	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	104,43	
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	435.026,21	3.535,94	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	43.415,26	1.665,44
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	174.954,44	168.294,74
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	319.549,21	2.332,54
697 - CORRECÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	97,00	12.285,20	797 - CORRECÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	511.903,94	132.360,16
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	64.326,64	246.962,70	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	2.639.663,34	2.453.271,66
799 - OUTROS					
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	2.476.038,95	1.806.776,90	Total	3.724.029,22	2.757.924,54
Total	3.724.029,22	2.757.924,54			

ORGÃO EXECUTIVO
 Em 18 de Abril de 2016


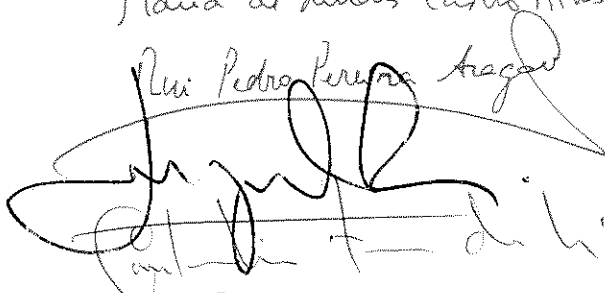
ORGÃO DELIBERATIVO
 Em 20 de Abril de 2016


Antonio Maria Silva Cruz

Vitor Manuel Fernandes Carvalho & Lda

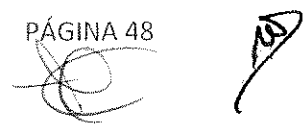
Maia de Lendas Castro Alves

Rui Pedro Pereira Aragão



Rui Manuel Fernandes Carvalho & Lda

António Maria Cruz

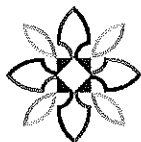




9.3 Anexo às Demonstrações Financeiras

PÁGINA 49

Linda Alves



9.3.1 – Caracterização da Entidade

Identificação - O Município de Vila do Conde é uma pessoa coletiva de direito público, contribuinte n.º 505804786, CAE principal 84113, com sede na Praça Vasco da Gama em Vila do Conde. Em termos do regime financeiro de IVA a autarquia aplica o regime da Afetação Real na totalidade de bens e serviços, de periodicidade mensal.

Legislação - A organização dos serviços municipais é estabelecida de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Estrutura organizacional - A organização dos serviços municipais obedece ao modelo estrutural misto nos termos da legislação acima referida, sendo constituído por uma estrutura nuclear e flexível.

Descrição sumária das atividades - Durante o exercício de 2015 o Município desenvolveu as seguintes atividades:

- A manutenção e conservação de edifícios e intervenções municipais;
- A aquisição de equipamentos para os diversos serviços municipais;
- A aquisição de equipamentos para os edifícios escolares;
- A conservação e manutenção de vários edifícios escolares;
- A aquisição de imóveis;
- As diversas obras de manutenção em bairros de habitação social;
- A beneficiação e conservação do parque de habitação municipal;
- Os alargamentos, pavimentações e pequenas obras e outros arranjos urbanísticos, no concelho;
- Os Investimentos no reforço e alargamento da iluminação pública;



- As obras de manutenção e requalificação de diversas zonas de urbanização;
- As intervenções em parques de estacionamento municipais;
- A aquisição de equipamentos ambientais, incluindo contentores, vidrões e outros;
- A valorização do litoral sul do concelho – rede de passadiços, redes pedonais e cicláveis;
- A conclusão da Remodelação do Mosteiro de Santa Clara;
- As reparações em instalações desportivas e recreativas descobertas;
- O levantamento e reposição de pavimentos degradados no concelho;
- A construção de passeios e beneficiação do pavimento, na Rua das Calçadas;
- As obras de manutenção e beneficiação dos mercados;
- As transferências para a Lipor;
- Os apoios concedidos às Freguesias, correntes e de capital, para o exercício de atribuições e competências próprias e delegadas;
- Os apoios a entidades e associações em atividades, visando a prossecução de interesse público Municipal;
- A prossecução de atividades municipais relevantes, contabilizadas como despesas correntes do exercício:
 - a) Transportes escolares, com locação de viaturas e com viaturas Municipais;
 - b) O fornecimento de refeições escolares;

Identificação dos Membros do Órgão Executivo - À data de 31 de dezembro de

2015 o órgão executivo era composto pelos seguintes membros:

PÁGINA 51



- Presidente da Câmara - Maria Elisa de Carvalho Ferraz, Dr.^a
- Vice-Presidente da Câmara - António Maria Silva Caetano, Eng^o
- Vereadores:
- José Aurélio Baptista da Silva, Dr.
 - Maria de Lurdes Castro Alves, Dr.^a
 - Rui Pedro Pereira Aragão, Eng^o
 - José Miguel Dias Paiva e Costa, Dr.
 - Constantino Fonseca da Silva, Dr.
 - Fernanda Maria Campos Laranjeira, Dr.^a
 - João Fernando Monteiro Amorim Costa, Arqt^o

Membros do Órgão Executivo com Pelouro	Membros do Órgão Executivo sem Pelouro
5	4

Organização contabilística - O Município de Vila do Conde está a utilizar diariamente a aplicação POCAL da Medidata - Engenharia e Sistemas, S.A., com a integração às aplicações de Taxas e Licenças, Património, Aprovisionamento e Gestão de Armazéns, Gestão de Viaturas, Gestão de Pessoal, Gestão de Rendas, Gestão e Seguimento de Processos e Gestão de Atividades.

O atual manual de controlo interno que inclui o manual de procedimentos contabilísticos foi aprovado pelo Órgão Executivo em 28 de junho de 2013 com um aditamento em 11 de Novembro de 2013. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto - Lei 54-A/99 de 22 Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro) e ainda nos moldes tradicionais de contabilidade unigráfica.



A contabilidade patrimonial encontra-se totalmente integrada com a contabilidade de custos, estando já a ser efetuado o apuramento de custos diretos e indiretos às funções.

Outras informações relevantes

I - Fundos Geral, de Coesão e Base Municipal atribuído ao Município relativamente ao ano da gerência em apreciação:

Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.274.112,00€
Fundo Social Municipal	1.495.793,00€
Participação variável no IRS	2.805.686,00€

II – Despesas de Investimento

Despesas de Investimento realizadas no ano anterior (2014)	4.509.703,29€
Despesas de Investimento realizadas no ano em curso (2015)	3.840.851,75€

III - Ações de Fiscalização - Ação Inspetiva realizada pela IGF relativa ao ano de 2010, processo nº 2010/25/A3/639 e Ação Inspetiva realizada pela IGF relativa ao ano de 2012, processo nº 2012/109/A3/1076.

9.3.2 – Notas ao Balanço e às Demonstrações Financeiras

Segue-se o n.º de notas preconizado no POCAL, aplicáveis ao Município:

I - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

PÁGINA 53



Os Fundos próprios-Património registaram um acréscimo de 1.366.911,30 resultante da aplicação de parte do resultado líquido apurado no ano anterior sendo o valor restante (3.295.842,89) de resultados líquidos de 2014 aplicado em resultados transitados, conforme deliberação da Assembleia Municipal. A conta 59 de resultados transitados foi ainda movimentada a crédito pelo valor de 5.034.545,05 relativo a subsídios ao investimento bem como a débito o valor de 4.418.565,10 referente a provisões para processos judiciais em curso e ainda a débito pelo valor de 218.497,26 referente ao saldo de outras regularizações.

Foi também movimentada a conta 57.6 - Doações no valor de 1.994.888,15 dos quais o valor mais significativo (1.841.280,00) é relativo à transferência para o nosso Património, a título gratuito, do Mosteiro de São Salvador de Vairão.

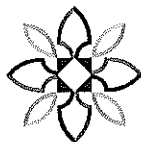
II - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da Demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir de registos contabilísticos deste Município e respectiva documentação, tendo sido seguidos os princípios de contabilidade geral aceites em Portugal, e estão apresentados de acordo com o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo D.L. 54-A/99, de 22 Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro.

Relativamente aos critérios de valorimetria:

Foram definidos em consonância com o que está definido no POCAL e no Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal da Câmara Municipal de Vila do Conde aprovado em reunião de Câmara.

PÁGINA 54



Relativamente aos Bens adquiridos depois do ano do balanço Inicial, a partir de 1/1/2003, o critério de valorização dos Bens é o do custo de aquisição ou de produção. Para os bens que fazem parte do balanço inicial, ficou definido que na ausência de acesso ao custo de aquisição ou de produção, os bens serão avaliados com base em critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e só no caso da impossibilidade de execução dos critérios técnicos é que o imobilizado assumirá valor zero até ser alvo de uma grande reparação. Também ficou definido que nos casos em que não seja possível apurar o ano de aquisição dos bens adopta-se o ano de inventário inicial para se estimar o período de vida útil dos bens, que corresponde ao período de utilização durante o qual se amortiza totalmente o seu valor.

As Existências são valorizadas ao custo unitário médio, uma vez que o método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Quanto às Dívidas de e a Terceiros e Disponibilidades, tudo está de acordo com o ponto 4.3. e 4.4. do Pocal.

Relativamente ao Imobilizado, o método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, como está previsto no ponto 2.7.2 do Pocal. Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização constantes na lei (CIBE- Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril).

As amortizações acumuladas em 31.12.2015 atingem o valor de € 97.037.104,17 conforme consta do Balanço e do mapa de Amortizações. As provisões a deduzir ao Ativo totalizam o valor de 1.237.710,89 e as provisões para passivos contingentes registadas no passivo (em provisões para riscos e encargos) totalizam o valor de 4.418.565,10.

III - *Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com o quadro do tipo seguinte:*



Os Mapas de Ativo Bruto e de Amortizações e Provisões seguem em anexo estando de acordo com os saldos do POCAL /Balanço final de 2015 e Balancete analítico das contas da Geral 2015.

IV - Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações: descrição do ativo imobilizado, indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso, data de aquisição e de reavaliação, valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados, valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

A informação acima referida está disponível nos mapas do imobilizado que seguem em anexo.

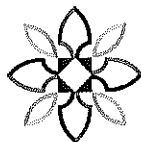
V - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Segue em anexo o mapa das participações do Município em Entidades Societárias e não Societárias.

VI - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa: 719.431,65

Outros devedores diversos de cobrança duvidosa (Águas do Norte e outros): 570.754,53.



VII - *Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:*

Segue em anexo o mapa das Contas de Ordem.

VIII - *Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:*

Segue em anexo o mapa de provisões.

IX - *Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – “Fundo patrimonial”, constantes do balanço.*

2015

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 – Património	148.633.088,70	1.366.911,30		150.000.000,00
571 – Reservas Legais	2.083.238,73			2.083.238,73
576 – Doações	20.325.973,65	1.994.888,15		22.320.861,80
59 – Result. Transitados	21.414.545,51	8.330.387,94	4.637.062,36	25.107.871,09
TOTAL	192.456.846,59	11.692.187,39	4.637.062,36	199.511.971,62

Handwritten signature and initials

Handwritten signatures and initials